

# ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS DE CAMPO DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## ACCESS TO PUBLIC INFORMATION AND TRANSPARENCY: BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF STUDIES OF TRANSPARENCY IN PUBLIC ADMINISTRATION

Isabelle de Baptista **1**  
Geovana Furtado Oliveira **2**  
Edson Montebeller Alves Júnior **3**

**Resumo:** A transparência e acesso às informações públicas vem ganhando maior interesse social e acadêmico, por se tratar de eficaz caminho no controle social e enfrentamento da corrupção no setor público. Este estudo, fruto de pesquisa realizada em âmbito de iniciação científica, foi realizado através do método bibliométrico que compreende uma metodologia de pesquisa com poucos estudos na área do direito. Este trabalho objetivou verificar, analisar e mensurar o perfil da produção acadêmica sobre transparência na administração pública em artigos científicos publicados em periódicos científicos indexados na base de dados Web of Science (WoS), até o ano de 2021. Uma primeira constatação foi que a maior parte dos artigos estão publicados em periódicos da área de conhecimento da administração pública e não do direito, mesmo sendo uma temática que perpassa questões como legislação e implementação pelo setor público na concretização de todo um arcabouço teórico e legislativo de interesse da ciência jurídica.

**Palavras-chave:** transparência, acesso às informações públicas, bibliometria.

**Abstract:** Transparency and access to public information has gained greater social and academic interest, as it is an effective way of social control and fighting corruption in the public sector. This study, the result of research carried out within the scope of scientific initiation, was carried out through a bibliometric study that comprises a research methodology with few studies carried out in the area of law. This work aimed to verify, analyze and measure the profile of academic production on transparency in public administration in scientific articles published in scientific journals indexed in the Web of Science (WoS) database, until 2021. A first finding was that most of the articles are published in journals in the area of public administration and not in law, even though it is a theme that permeates issues such as legislation and implementation by the public sector in the implementation of an entire theoretical and legislative framework, in the interests of law.

**Keywords:** transparency, access to public information, bibliometrics.

- 1** Doutora em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e graduada em Direito (UVV) e em História (UFES). É professora na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8883994472519041>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2640-6706>. E-mail: [isabelle.baptista@ufmt.br](mailto:isabelle.baptista@ufmt.br).
- 2** Graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente é advogada. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3276502817633652>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0870-0860>. E-mail: [oliveirageovana220@gmail.com](mailto:oliveirageovana220@gmail.com)
- 3** Mestre em Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação (FVC). Graduado em Direito pela Faculdade Multivix. Atualmente é advogado e professor da UniCB - Centro Universitário Castelo Branco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0967212063530257>. E-mail: [montebellerjunior@gmail.com](mailto:montebellerjunior@gmail.com)

## Introdução

Em decorrência das transformações tecnológicas, as tecnologias da informação e comunicação revolucionaram a cultura e modo de vida do século XXI e a relação com a administração pública, permitindo uma maior participação do cidadão nos espaços operacionais, decisórios e no controle sobre a atividade exercida pelos agentes públicos.

Nesse contexto, o Brasil se junta a vários outros países que reconhecem o acesso à informação pública e a transparência com direitos humanos fundamentais, concretizando o disposto no artigo XIX da Declaração Universal de Direitos Humanos, por meio da Lei 12.527/2011, denominada de Lei de Acesso à Informação.

Este estudo objetiva analisar a evolução das pesquisas científicas, até o ano de 2021, sobre a temática da transparência no setor público, realizada na base de dados Web of Science (WoS). Depois de um pico de publicações entre os anos 2019 e 2020, a partir de 2021, por conta da pandemia de Covid-19, os estudos na área objeto desta pesquisa diminuíram significativamente.

Foram filtrados 1.1.54 artigos científicos, porém, apenas 29 artigos na área de pesquisa em direito, o que denota a relevância da pesquisa para este ramo do conhecimento. Como sugestões de pesquisas futuras, ressalta-se a necessidade de observação da aplicabilidade da lei de acesso à informação pública, principalmente, por meio de estudos qualitativos, a verificação dos pontos fortes e fracos, bem como o cumprimento dos itens impostos pela lei pelos entes e órgãos da Administração Pública.

## Metodologia

O estudo bibliométrico compreende uma análise quantitativa da produção acadêmica e sua disseminação. A bibliometria tem sido muito utilizada por vários ramos da ciência como forma de avaliar, medir e mensurar a produção científica por países, instituições de pesquisa, por ano e por pesquisadores (Vanz; Stumpf, 2010).

Neste estudo, a pesquisa foi realizada na base de dados multidisciplinar *Web of Science* (WoS), organizada e mantida pela Thomson Reuters. Foi utilizada a chave de busca “*transparency*”, marcada a categoria “*public administration*” e o tipo de documento “*artigos*”. Desta forma, objetivou-se obter todas as publicações relacionadas ao tema transparência na administração pública na base de dados *Web of Science* (WoS), até o ano de 2021.

Em seguida, foi utilizada a ferramenta Bibexcel (Vanz; Stumpf, 2010) como forma de efetuar a verificação bibliométrica dos artigos selecionado. Por meio do software Bibexcel, verificou-se quais os artigos mais citados, bem como realizar o adequado procedimento quantitativo para análise das co-citações (Quevedo-Silva, Santos, Brandão e Vils, 2016).

## Revisão de literatura

A humanidade convive com tecnologias de informação e comunicação há milhares de anos, das formas mais primitivas de troca de mensagem, sinais e sons à distância, até a chegada da Internet e sua popularização na década 1990, buscando sempre formas de aperfeiçoar a troca de informações.

A informação, assim, migra para o meio digital e na Internet se torna o grande canal de circulação e acesso a informações, e com chances de tornar-se o próprio espaço comum do conhecimento, como apresentam Ronca e Costa (2002).

Em decorrência dessas transformações, cresce a interação entre governos e cidadãos em diversos espaços, permitindo que as pessoas participassem do processo de elaboração, controle e avaliação de políticas públicas por meio do acesso às informações. Esse acesso às informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas é direito fundamental do cidadão, inscrito em diversas convenções e tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Nesse contexto, surge, então, em 2011, a Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que objetivou ampliar os mecanismos de obtenção de informações e documentos (já

previstos em diferentes legislações e políticas governamentais), estabelecendo o princípio de que o acesso à informação com a regra e o sigilo como a exceção, cabendo à Administração Pública atender às demandas dos cidadãos.

Por meio da Lei 12.521/20011, o Brasil passa a integrar, ainda, um amplo grupo de nações que reconhece ser a informação um bem público. Preceito que, como mostra a experiência internacional, favorece a boa gestão e, fundamentalmente, fortalece os sistemas democráticos, resultando em ganhos para todos (BRASIL, CGU, 2017).

Para garantir o acesso às informações, os órgãos públicos devem disponibilizar o serviço de atendimento ao cidadão na internet, por meio de seus portais de transparência, que devem conter ferramentas de pesquisa para facilitar o acesso, bem como manter atualizadas as informações, indicando o contato telefônico ou eletrônico do respectivo órgão público e, claro, garantindo a autenticidade e a integridade das informações disponibilizadas. Neste artigo é adotada a definição de portal apresentada por Cunha (apud PINHO; AKUTSU, 2003, p. 5), como sendo: um portal é uma porta de entrada na rede mundial.

É a partir do portal que muitos usuários definem seus próximos passos na Web. Os portais são locais de grande visitação, portanto ser reconhecido como portal está diretamente relacionado à força com que o site atrai visitantes. Os serviços mais comuns de um portal incluem serviços de e-mail, bate-papo (chat), serviços de busca de notícias, gratuitos ou não.

Os portais de governo, por sua vez, são os novos canais de prestação de serviços, informações e comunicação entre cidadãos e seus governos. Todos os entes federativos brasileiros são obrigados a divulgar de forma eletrônica, informações por meio dos portais de transparência, com a única exceção possível para esta determinação sendo aplicada aos municípios com menos de 10.000 habitantes (BRASIL, CJU, 2017).

Dentre às referências encontradas, o autor mais citado que pesquisou a Lei de Acesso à Informação, foi Angélico (2012). Vale ressaltar que entre os autores das publicações selecionadas, este é o único que realizou pesquisas após a promulgação da lei, ou seja, teve a oportunidade de acompanhar o processo político de aplicação da lei durante a realização de sua pesquisa.

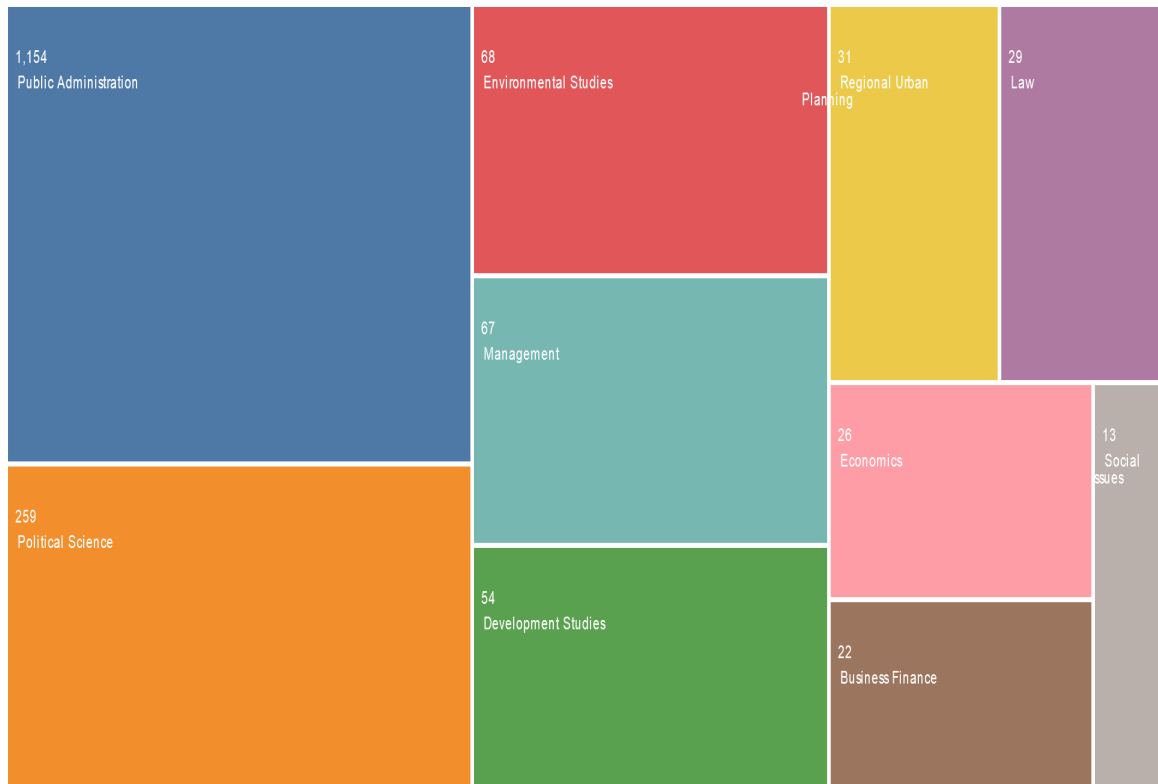
Sob a ótica da gestão da informação pública como um mesmo bem público, menciona-se a importância da informação no cotidiano das pessoas, comunidades e organizações. Esse tipo de informação precisa ser clara e objetiva o suficiente para abranger todas as classes da sociedade, independentemente do conhecimento técnico e da orientação que essas classes possuem (ANGÉLICO, 2012, p. 29).

No caso brasileiro, a Lei de Acesso à Informação foi promulgada em 2011, ou seja, ela tem mais de dez anos de existência. Muita discussão teórica e muita análise prática ainda precisam ser feitas sobre a implementação da lei pela Administração Pública brasileira. É o caso da dissertação de Linhares Neto (2015), o qual informa sobre os limites de a Lei de Acesso à Informação quais sejam: a inutilidade do recurso contra decisão de indeferimento ou negação de acesso à informação tomada pelo Estado; o uso de normas infralegais publicadas antes da vigência da LAI, como amparo para negar a informação; a utilização das “excepcionalidades legais” para negação do acesso à informação; e a alegação, sem fundamentos consistentes, de que a demanda exigiria produção de informação. Podemos assim perceber que a LAI se torna realmente efetiva através da atuação da sociedade civil em buscar acesso aos seus direitos.

## **Resultados e discussão**

A partir deste estudo, conforme procedimento metodológico já exposto anteriormente, foram extraídos diversos artigos que podem ser organizados segundo áreas específicas de pesquisa como ilustra a Figura 1 abaixo:

**Figura 1.** Áreas de pesquisa dos artigos extraídos da base de dados *Web of Science (WoS)*

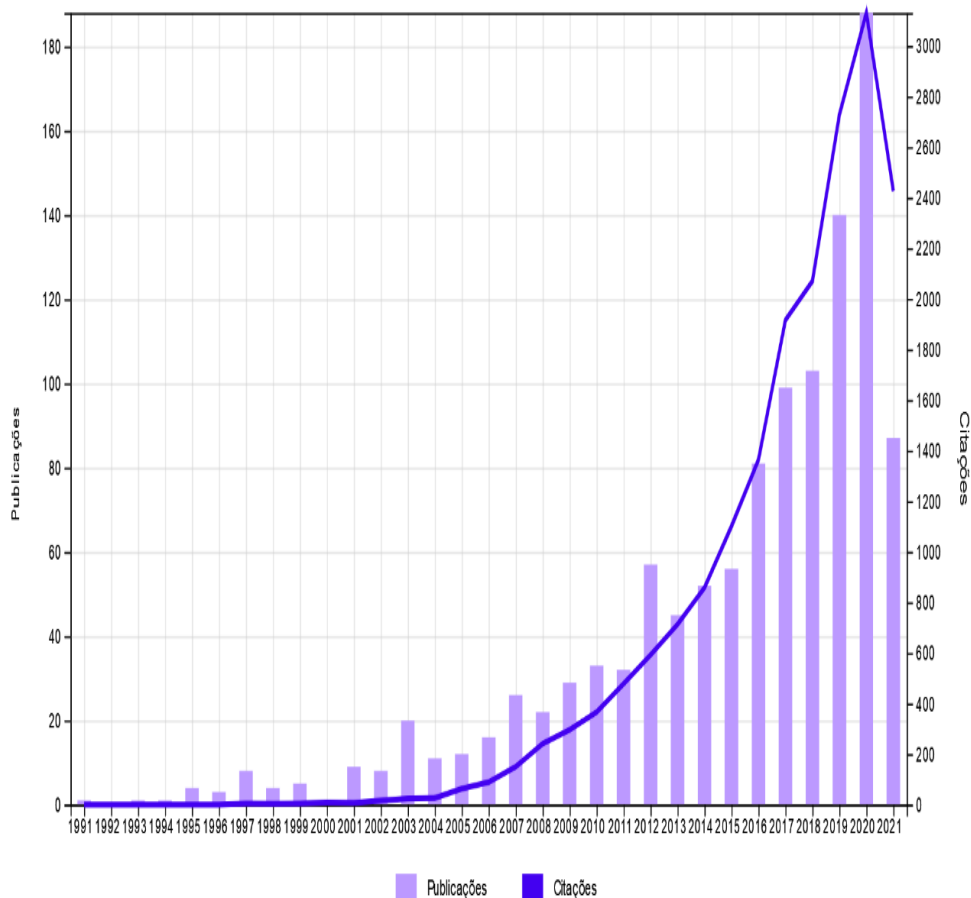


**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Com base na Figura 1, foram extraídos 1.154 artigos da base de dados *Web of Science (WoS)*, da área de pesquisa “*public administration*”. Outras áreas do conhecimento também produzem pesquisas com a temática da transparência na administração pública, porém em quantidade bem menor. Destaca-se, inclusive, a área do Direito que apresenta pequena produção científica nesta área de pesquisa, com apenas 29 artigos publicados.

Dentre os 1.154 estudos selecionados, é possível verificar a evolução das citações e publicações ao longo dos anos, o que demonstra a ampliação do interesse científico pela temática.

**Figura 2.** Gráfico com a evolução do número de citações e publicações ao longo dos anos



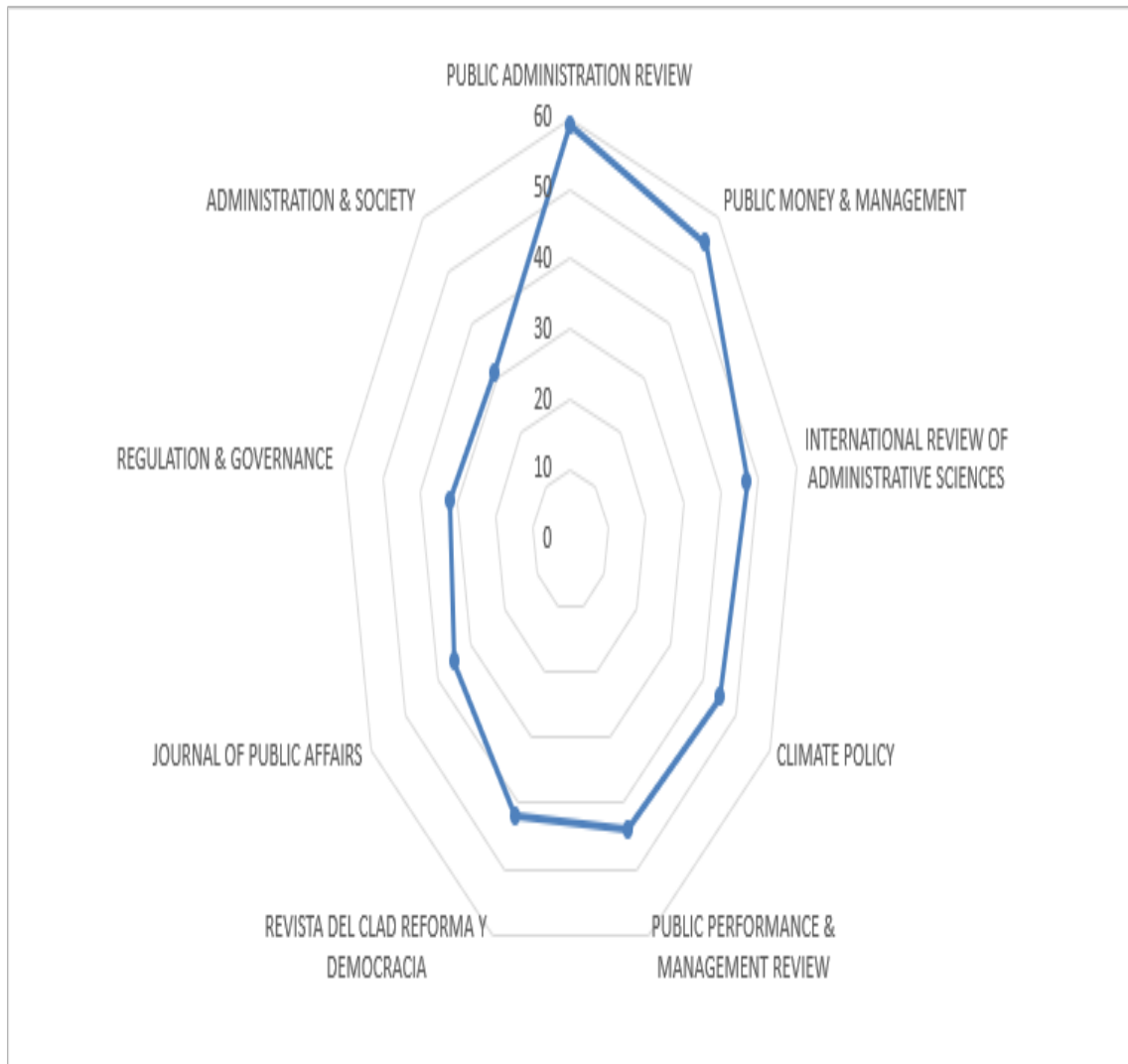
**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A Figura 2 contém o gráfico que demonstra nitidamente a ampliação pelo interesse acadêmico na temática da transparência na administração pública em todo o mundo, com pico de citações e publicações nos anos de 2019 e 2020. Após estes anos, possivelmente por conta do esforço mundial de pesquisa em torno da pandemia de Covid-19, houve uma significativa queda nas pesquisas na área abordada neste estudo, cabendo, ainda, aprofundamento e análise mais pormenorizados dos motivos que ensejaram essa diminuição.

A Figura 3 demonstra os periódicos com os artigos com mais de 100 citações na área da transparência na administração pública. O artigo “What’s measured is what matters: Targets and gaming in the English public health care system”, publicado no periódico “Public Administration” (2006) é o artigo com o maior número de citações.



**Figura 4.** Gráfico com os periódicos com a maior quantidade de publicações na área de transparência na administração pública



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Dentre os periódicos brasileiros, destacam a “Revista Pública e Gestão Social” com 29 artigos publicados; “Cadernos Gestão Pública e Cidadania” com 11 artigos; e “Revista do Serviço Público” com 12 estudos publicados.

## Conclusão

Com base no bibliométrico realizado, muitos dados foram gerados e diversas conclusões são possíveis de serem feitas.

Para fins do objetivo desta pesquisa, inicialmente destaca-se a ínfimo quantitativo de publicações na área do Direito a respeito da transparência na administração pública. Trata-se de uma temática sensível à seara jurídica, porém que carece de publicações que analisem os aspectos teóricos e/ou empíricos.

Outro aspecto a se ressaltar é a necessidade de melhoria das publicações jurídicas capazes de alcançar periódicos com melhores e maiores impactos no meio científico.

Por conta do crescente interesse nacional e internacional, com base no bibliométrico realizado, observa-se um aumento significativo das publicações sobre a transparência na administração pública nos anos de 2019 e 2020. Observa-se, nitidamente, a ampliação do interesse acadêmico e social pelo fenômeno da transparência na administração pública e temáticas associadas como acesso aos dados públicos e controle da corrupção (Engelmann, 2016).

Para Pereira (2005, p. 3), a corrupção é uma das condutas delituosas mais emblemática e que mais caracteriza o mundo globalizado, vez que “esse fenômeno que levou os órgãos supranacionais a criarem nos últimos tempos diversos instrumentos, com a finalidade de estabelecerem as estratégias comuns nesse campo”, como a criação da Transparência Internacional e Conselho da Europa contra a Corrupção.

Transparência, controle da administração pública e enfrentamento da corrupção são temáticas que caminham juntas, o que demonstra a ampliação do interesse social e acadêmico pelos estudos nestas áreas e, neste sentido, confirmado pelo estudo bibliométrico realizado nesta pesquisa.

Outro aspecto apontado neste estudo é a baixa participação dos periódicos brasileiros no ranking das publicações sobre a temática da transparência na administração pública, o que denota, de um lado, o baixo interesse pela comunidade científica nacional por pesquisas na área e, de outro lado, a elaboração de publicações capazes de atingir as revistas nacionais de maior impacto, transformando o esforço da ciência não apenas nas pesquisas, mas também no auxílio e preparação para que estes estudos gerem produto melhor aceitos para publicação nos periódicos de maior impacto.

Para estudos futuros, com base nos dados coletados nesta pesquisa, serão analisados o conteúdo dos artigos, os pontos convergentes e divergentes entre eles. Outra pesquisa futura será a análise qualitativa do conteúdo dos artigos que permita elaborar uma análise da transparência na administração pública em diversos países do mundo.

## Referências

ABDOU, Ahmed Mohammad. Good governance and COVID-19: The digital bureaucracy to response the pandemic (Singapore as a model). **Journal of Public Affairs**, 2021.

ABU BAKAR, Nur Barizah; ISMAIL, Suhaiza. Financial Management Accountability Index (FMAI) in the Malaysian public sector: a way forward. **International Review of Administrative Sciences**, mar/2011.

ADAMS, Guy B.; BALFOUR, Danny L. Market-Based Government and the Decline of Organizational Ethics. **Administration & Society**, out/2010.

AHN, Michael J.; BRETSCHNEIDER, Stuart. Politics of E-Government: E-Government and the Political Control of Bureaucracy. **Public Administration Review**, Maio-Jun/2011.

ALVAREZ, R. Michael; HALL, Thad E. Building secure and transparent elections through standard operating procedures. **Public Administration Review**, Set-Out, 2008.

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2012.

AVHAN, Berkay; USTUNER, Yilmaz. Governance in public procurement: the reform of Turkey's public procurement system. **International Review of Administrative Sciences**, set/2015.

BAGOZZI, Benjamin E.; BERLINER, Daniel; ALMQUIST, Zack W. When does open government shut? Predicting government responses to citizen information requests. **Regulation & Governance**, abril/2021.

BALDISSERA, Juliano Francisco; DALL'ASTA, Denis; DAL VESCO, Delci Grapegia; SCARPIN, Jorge Eduardo; FIIRST, Clovis. Determinants of public transparency: A study in Brazilian local governments. **Public Money & Management**, 2021.



BALL, Ian. New development: Transparency in the public sector. **Public Money & Management**, 2012.

BEN-AARON, James; DENNY, Matthew; DESMARAIS, Bruce; WALLACH, Hanna. Transparency by Conformity: A Field Experiment Evaluating Openness in Local Governments. **Public Administration Review**, jan-fev/2017.

BERTHIN SILES, Gerardo. Strengthening the capacity to design and implement transparency and anti-corruption policies in Latin America. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, jun/2008.

BEVAN, Gwyn; HOOD, Christopher. What's measured is what matters: Targets and gaming in the English public health care system. **Public Administration**, 2006.

BO, Lan; MEAR, Fred C. J.; HUANG, Jingchi. New development: China's debt transparency and the case of urban construction investment bonds. **Public Money & Management**, 2017.

BO, Lan; YAO, Haixin; MEAR, Fred C. J. New development: Is China's local government debt problem getting better or worse? **Public Money & Management**, 2021.

BOUDREAU, Christian. Reuse of open data in Quebec: from economic development to government transparency. **International Review Of Administrative Sciences**, 2020.

BRANDSMA, Gijs Jan; MEIJER, Albert. Transparency and the efficiency of multi-actor decision-making processes: an empirical analysis of 244 decisions in the European Union. **International Review Of Administrative Sciences**, 2020.

CAHLIKOVA, Tereza; MABILLARD, Vincent. Open Data and Transparency: Opportunities and Challenges in the Swiss Context. **Public Performance & Management Review**, maio/2020.

CAILLIER, James. The Priming Effect of Corruption and Bureaucracy Bashing on Citizens' Perceptions of an Agency's Performance. **Public Performance & Management Review**, 2018.

CHAN, Frank K. Y.; THONG, James Y. L.; BROWN, Susan A.; Venkatesh, Viswanath. Service Design and Citizen Satisfaction with E-Government Services: A Multidimensional Perspective. **Public Administration Review**, set/2021.

CHEN, Can; GANAPATI, Sukumar. Do transparency mechanisms reduce government corruption? A meta-analysis. **International Review Of Administrative Sciences**, 2021.

CHEN, Gang; KANG, Hyewon; LUNA-REYES, Luis F. Key Determinants of Online Fiscal Transparency: A Technology-Organization-Environment Framework. **Public Performance & Management Review**, maio/2019.

CHEN, Yu-Che. Improving Transparency in the Financial Sector E-Government XBRL Implementation in the United States. **Public Performance & Management Review**, dez/2013.

CHEN, Yu-Che; CHANG, Teng-Wen. Explaining Government's Online Transparency on Collaborative Policy Platforms: Risk Management and Configurational Conditions. **Public Performance & Management Review**, maio/2020.

CICATIELLO, Lorenzo; DE SIMONE, Elina; GAETA, Giuseppe Lucio. Cross-Country Heterogeneity in Government Transparency and Citizens' Political Efficacy: A Multilevel Empirical Analysis. **Administration & Society**, abril/2018.

CORREA, Izabela Moreira; CLAUSSEN Spinelli, Mario Vinicius. Transparency Policies in Brazilian Public Administration. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, out/2011.

BRASIL, Controladoria Geral da União. **Aplicação da lei de acesso à Informação na administração pública federal**. 3. ed. Brasília, 2017.

CUADRADO-BALLESTREROS, Beatriz; BISOGNO, Marco. The relevance of budget transparency for development. **International Review Of Administrative Sciences**, 2021.

CUCCINIELLO, Maria; PORUMBESCU, Gregory A.; Grimmelikhuijsen, Stephan. 25 Years of Transparency Research: Evidence and Future Directions. **Public Administration Review**, jan-fev/2017.

DE, Sourya Joyee; SHUKLA, Rashmi. Privacy policies of e-governance initiatives: Evidence from India. **Journal of Public Affairs**, nov/2020.

DENG, XM; TIAN, Q; Ding, SH; BOASE, B. Transparency in the procurement of public works. **Public Money & Management**, jul/2003.

ENGELMANN, F. Julgar a política, condenar a democracia? Justiça e crise no Brasil. In: **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre | v.7, n.37 | p.09-16 | ago./set. 2016.

ESTRADA, Lorenzo; BASTIDA, Francisco. Effective Transparency and Institutional Trust in Honduran Municipal Governments. **Administration & Society**, jul/2020.

FEENEY, Mary K.; PORUMBESCU, Gregory. The Limits of Social Media for Public Administration Research and Practice. **Public Administration Review**, jul/2021.

FERRAZ ESTEVES ARAUJO, Joaquim Filipe; TEJEDO-ROMENO, Francisca. Does Gender Equality Affect Municipal Transparency: The Case of Spain. **Public Performance & Management Review**, 2018.

FILGUEIRAS, Fernando. Transparency and accountability: principles and rules for the construction of publicity. **Journal of Public Affairs**, maio/2016.

GIL-GARCIA, J. Ramon; GASCO-HERNANDEZ, Mila; PARDO, Theresa A. Beyond Transparency, Participation, and Collaboration? A Reflection on the Dimensions of Open Government. **Public Performance & Management Review**, maio/2020.

GONZALEZ-DIAZ, Belen; GARCIA-FERNANDEZ, Roberto; LOPEZ-DIAZ, Antonio. Communication as a Transparency and Accountability Strategy in Supreme Audit Institutions. **Administration & Society**, jul/2013.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; WELCH, Eric W. Developing and Testing a Theoretical Framework for Computer-Mediated Transparency of Local Governments. **Public Administration Review**, ju-ago/2012.

HALACHMI, Arie; GREILING, Dorothea. Transparency, E-Government, and Accountability: Some Issues and Considerations. **Public Performance & Management Review**, jun/2013.

HEIMSTAEDT, Maximilian; DOBUSCH, Leonhard. Politics of Disclosure: Organizational Transparency as Multiactor Negotiation. **Public Administration Review**, set-out/2018.

HELLER, Nathaniel. Defining and Measuring Corruption: from Where Have We Come, Where Are We Now, and What Matters for the Future? **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, out/2009.

JARA INIGUEZ, Irma. Comparative Analysis of Public Policies and Best Practices of Transparency in Ecuador 2004-2014. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, fev/2017.

KANOL, Direnc. Pluralism, corporatism and perception of corruption. **Journal of Public Affairs**, ago/2015.

KAUFMANN, Wesley; INGRAMS, Alex; Jacobs, Daan. Rationale and process transparency do not reduce perceived red tape: evidence from a survey experimente. **International Review Of Administrative Sciences**, 2020.

LANDOW, Paul; EBDON, Carol. Public-Private Partnerships, Public Authorities, and Democratic Governance. **Public Performance & Management Review**, jun/2012.

MABILLARD, Vincent; KAKPOVI, Bellarminus G.; COTTIER, Bertil. Access to information in Benin: a case study. **International Review Of Administrative Sciences**, mar/2020.

MEIJER, Albert. Understanding the Complex Dynamics of Transparency. **Public Administration Review**, maio-jun/2013.

MICHENER, Gregory. Gauging the Impact of Transparency Policies. **Public Administration Review**, jan-fev/2019.

MICHENER, Gregory; WORTHY, Bem. The Information-Gathering Matrix: A Framework for Conceptualizing the Use of Freedom of Information Laws. **Administration & Society**, abril/2018.

MONN, M. Jae. Fighting COVID-19 with Agility, Transparency, and Participation: Wicked Policy Problems and New Governance Challenges. **Public Administration Review**, jul/2020.

MOON, M. Jae. Shifting from Old Open Government to New Open Government: Four Critical Dimensions and Case Illustrations. **Public Performance & Management Review**, maio/2020.

MOYNIHAN, DP. Building secure elections: E-voting, security, and systems theory. **Public Administration Review**, set-out/2004.

NESHKOVA, Milena I.; KOSTADINOVA, Tatiana. The Effectiveness of Administrative Reform in New Democracies. **Public Administration Review**, maio-jun/2012.

NEWBOLD, Stephanie P. Federalist No. 27: Is Transparency Essential for Public Confidence in Government? **Public Administration Review**, dez/2011.

ORTIZ-RODRIGUES, David; NAVARRO-GALERA, Andres; ALCRAZ-QUILES, Francisco J. The Influence of Administrative Culture on Sustainability Transparency in European Local Governments. **Administration & Society**, abril/2018.

PECARIC, Mirko. Transparency as transparagency-New meaning “for new contexts”. **Journal of Public Affairs**, fev/2019.

PEISANKHIN, Leonid; Pinto, Paul. Is transparency an effective anti-corruption strategy? Evidence from a field experiment in India. **Regulation & Governance**, set/2010.

PEREIRA, J. M. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. **Revista de Gestão**, n. 12(2), 2005, p. 1–17.

PINA, Gabriel; AVELLANEDA, Claudia. Central Government Strategies to Promote Local Governments' Transparency: Guidance or Enforcement? **Public Performance & Management Review**, março/2019.

PIOTROWSKI, Suzanne J. Transparency A Regime Value Linked With Ethics. **Administration & Society**, mar/2014.

PIOTROWSKI, Suzanne; GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan; DEAT, Felix. Numbers over Narratives? How Government Message Strategies Affect Citizens' Attitudes. **Public Performance & Management Review**, set/2019.

PORUMBESCU, Gregory A. Does Transparency Improve Citizens' Perceptions of Government Performance? Evidence From Seoul, South Korea. **Administration & Society**, mar/2017.

POZEN, David E. Seeing Transparency More Clearly. **Public Administration Review**, mar/2020.

QUEVEDO-SILVA, F.; SANTOS, E. B.; BRANDÃO, M. M., & Vils, L. (2016). **Estudo bibliométrico: orientações sobre sua aplicação**. Revista Brasileira de Marketing -Remark, 15(2), 246-262.

RAMIO MATAS, Carles. Technocratic public management, transparency and accountability: Spaniards perceptions on public administration. Extrapolable reflections to Latin American public institutions. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, jun/2008.

RAMIREZ, Yolanda; TEJADA, Angel. University 'stakeholders' perceptions of the impact and benefits of, and barriers to, human resource information systems in Spanish universities. **International Review Of Administrative Sciences**, 2020.

ROBERTS, A. A partial revolution: The diplomatic ethos and transparency in intergovernmental organizations. **Public Administration Review**, jul-ago/2004.

RODRIGUES BOLIVAR, Manuel Pedro; CABA PEREZ, Maria del Carmen; LOPEZ-HERNANDEZ, Antonio M. Online Budget Transparency in OECD Member Countries and Administrative Culture. **Administration & Society**, out/2015.

RONCA, A. C. C.; COSTA, R. **A construção de uma democracia cognitiva**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 16(4): 24-29, 2002.

ROSE, Shanna; SMITH, Daniel L. Budget Slack, Institutions, and Transparency. **Public Administration Review**, mar-abril/2012.

ROSE-ACKERMAN, Susan. Administrative Law and Democratic Legitimacy: Confronting Executive Power, and the Contracting State. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, fev/2009.

SCHKEIFER, Philip; FIORINI, Matteo; AULD, Graeme. Transparency in transnational governance: The determinants of information disclosure of voluntary sustainability programs. **Regulation & Governance**, dez/2019.

SCHNELL, Sabina. From information to predictability: transparency on the path to democratic governance. The case of Romania. **International Review Of Administrative Sciences**, dez/2018.

TEJEDO-ROMERO, Francisca; FERRAZ ESTEVES DE ARAUJO, Joaquim Filipe. Determinants of Local Governments' Transparency in Times of Crisis: Evidence From Municipality-Level Panel Data. **Administration & Society**, abril/2018.

TORRES, Lourdes. Service charters in Spain: Transparency and citizen empowerment or government marketing? **Public Money & Management**, jun/2006.

VALDIVIESO, Patricio; BERNAS, Jillian. Difficulties of the Approximation of Transparency as a Command and Control Policy: Chilean Experience with Municipalities. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, fev/2014.

Vanz, S. A. de S., & Stumpf, I. R. C. (2010). **Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométricos**. Informação & Sociedade, 20(2), 67–75.q

VILLORIA, Manuel. The Role of Public Administration in the Generation of Democratic Quality. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, jun/2016.

WEIKMANS, Romain; VAN ASSELT, Harro; ROBERTS, J. Timmons. Transparency requirements under the Paris Agreement and their (un)likely impact on strengthening the ambition of nationally determined contributions (NDCs). **Climate Policy**, abril/2020.

YOUNG, Matthew M. Implementation of Digital-Era Governance: The Case of Open Data in US Cities. **Public Administration Review**, mar/2021.

YU, Jinhai; WEI, Wenchi; BUTLER, J. S. Fiscal Transparency and Government Credit Quality: Evidence from the US States. **Public Performance & Management Review**, março/2021.

Recebido em 04 de junho de 2023.

Aceito em 23 de novembro de 2023.